

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I – CONCEITUAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL

1. Meio ambiente: concepções técnicas e científicas
2. O Direito do meio ambiente: natureza jurídica. Designações
  - 2.1. Natureza jurídica
  - 2.2. Designações
3. Direito Ambiental: conceito

## CAPÍTULO II – AS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS EM MATÉRIA AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

1. A distribuição de competências no federalismo. As regras tradicionais. O novo federalismo de cooperação
  - 1.1. As regras tradicionais do federalismo clássico
  - 1.2. O federalismo cooperativo
2. As competências dos entes da Federação segundo a Constituição de 1988
  - 2.1. Competências privativas
    - 2.1.1. Análise jurídica das competências constitucionais em matéria ambiental
      - 2.1.1.1. Poder de Polícia: fase preventiva (licenças) e repressiva (sanções). Infrações e sanções. Previsão em lei. Princípio Federativo  
As sanções administrativas e o princípio da legalidade. Caráter indissociável das competências para licenciar e aplicar sanções  
O princípio federativo
  - 2.2. Competências comuns**
    - 2.2.1. A competência comum na Constituição de 1988 (art. 23 e parágrafo único): distorções de interpretações
    - 2.2.2. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa diretrizes para a cooperação entre os entes federativos em matéria ambiental
  - 2.3. Competência concorrente
  - 2.4. Distinções entre a competência comum e a concorrente
3. Delineamento e detalhamento das competências constitucionais dos entes federativos em matéria ambiental
  - 3.1. As competências da União
    - De natureza privativa
    - De natureza concorrente
    - De natureza comum
  - 3.2. As competências dos Estados
    - De natureza privativa
    - De natureza concorrente
    - De natureza comum
  - 3.3. As competências dos Municípios
    - De natureza privativa
    - De natureza supletiva
    - De natureza comum
4. Alterações das competências

## CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO AMBIENTAL

1. Princípios gerais
  - 1.1. Princípios de Direito Público
  - 1.2. Princípios de Direito Administrativo
2. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a proteção do meio ambiente: a ponderação dos interesses em conflito
3. Princípios fundamentais do Direito Ambiental
  - 3.1. A inexistência de uma principiologia do Direito Ambiental no Direito Pátrio
  - 3.2. Os significados dos princípios fundamentais do Direito Ambiental
    - O princípio da prevenção
    - O princípio do poluidor-pagador ou da responsabilização
    - O princípio da cooperação
    - O princípio da vedação ao retrocesso

## CAPÍTULO IV – INSTITUTOS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS DO DIREITO AMBIENTAL

1. O poder de polícia do Estado
2. O dever de publicidade
3. A obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental
4. O zoneamento ambiental
5. Os impostos e seu uso extrafiscal, os preços públicos e a defesa do meio ambiente
  - 5.1. Os impostos e seu uso extrafiscal
  - 5.2. Os preços públicos e a defesa do meio ambiente
    - A possibilidade da cobrança de preços públicos pelo uso ou derivação de recursos hídricos
    - A impossibilidade constitucional da cobrança de preços públicos pela utilização dos demais recursos ambientais
6. O estabelecimento de padrões ambientais
7. A responsabilidade civil objetiva
  - 7.1. A responsabilidade objetiva pelos danos ambientais
  - 7.2. A responsabilidade solidária da Administração por danos ao meio ambiente
    - A responsabilidade civil do Estado por ato ou omissão da Administração
    - A responsabilidade civil do Estado por fato de outrem e o exercício do poder de polícia administrativa
    - A responsabilidade civil do Estado por atos administrativos
    - Responsabilidade solidária da Administração por danos ao meio ambiente
    - Excludentes da responsabilidade solidária da Administração
    - Observação final e necessária
  - 7.3. O nexo de causalidade na responsabilidade objetiva. Causa é ato comissivo
    - I. Introdução
    - II. O Nexo de Causalidade: *liame ou causa do dano ambiental, entre o poluidor e o dano perpetrado*
    - III. Somente os atos comissivos (causadores do dano) empenham a responsabilidade civil objetiva ambiental
    - IV. Conclusões
8. A criminalização dos danos ambientais
  - 8.1. As recentes sanções penais

9. O controle administrativo preventivo: autorizações, concessões e permissões
  - 9.1. Licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental. Novas regras
10. O controle administrativo repressivo: embargos de obras, interdições de atividades e fechamento de estabelecimentos
  - 10.1. A lei que fixa sanções administrativas (e penais) em matéria ambiental
11. Os meios processuais de defesa ambiental
  - 11.1. As ações do Código de Processo Civil
  - 11.2. Ações especiais
    - O mandado de injunção
    - A ação civil pública
    - A ação popular
    - O mandado de segurança coletivo
12. A criação de unidades de conservação. O tombamento
  - 12.1. Unidades de conservação
  - 12.2. O tombamento
13. Os fundos para a proteção ambiental
14. O planejamento e os planos ambientais
15. Política nacional de resíduos sólidos (visão geral e anotações à lei nº 12.305, de 02.08.2010)
  - 15.1. Introdução
  - 15.2. Da constitucionalidade da Lei Nacional de Resíduos Sólidos
  - 15.3. Comentários sobre o Título I – Disposições gerais
  - 15.4. Comentários sobre Título II – Da política nacional de resíduos sólidos
  - 15.5. Comentários sobre o Título III – Das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos
  - 15.6. Comentários sobre o Título IV – Disposições transitórias e finais
  - 15.7. Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos
16. O Novo Código Florestal

## CAPÍTULO V – ÂMBITO E CONTEÚDO DO DIREITO AMBIENTAL

1. Finalidade deste capítulo
2. Defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais
  - Defesa do solo
  - Água
  - Ar
  - Florestas e vegetação nativa
  - Fauna
  - Subsolo
3. Defesa dos componentes ambientais humanos
  - 3.1. Defesa do âmbito construído e cultural
  - 3.2. Defesa dos âmbitos saúde e vida
  - 3.3. Educação e conscientização ambiental

## CAPÍTULO VI – DIREITO AMBIENTAL COMPARADO E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

1. Explicação e finalidade deste capítulo
2. Aspectos mais relevantes e destacados do Direito Comparado (visão geral)
  - 2.1. Da literatura jurídica

- 2.2. Dos aspectos doutrinários e legislativos
  - Considerações de juristas ambientais, de ordem genérica
  - Considerações de juristas ambientais, de ordem específica (aspectos pontuais, por países)
- 3. Aspectos mais relevantes do Direito Ambiental Internacional (visão geral)
  - 3.1. Evolução contemporânea da ciência ecológica
  - 3.2. Os eventos marcantes
  - 3.3. Pródromos e estágio atual do Direito Ambiental Internacional
    - Os eventos mais importantes
    - Os princípios do Direito Ambiental Internacional
    - Visão geral da doutrina, dos documentos e das normas do Direito Ambiental Internacional (aspectos relevantes)

## **BIBLIOGRAFIA**

## **OBRAS DO AUTOR**